

O PROBLEMA (I)

IMPACTUS



Vinicius Kauê Ferreira
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em História Social | Rio de Janeiro, Brasil
Editor-Chefe da Revista Novos Debates
vinikaue@gmail.com | ORCID iD: 0000-0001-9925-3304

im.pac.to

*Do latim impactu-, «impelido contra», participípio
passado de impigĕre, «lançar; arremessar»*

Ao longo dos últimos meses, a ciência brasileira tem tido que resistir a muitos impactos. A maioria deles já era esperada. Mas, ao que parece, estávamos menos preparados para um deles: o “fator de impacto” das publicações. Inocente à primeira vista, ele pode, entretanto, causar um estrago de grandes proporções. Ao menos, este é o sentimento compartilhado por grande parte da comunidade de pares em ciências sociais e humanidades no Brasil diante da reformulação em curso dos critérios de avaliação de periódicos pela CAPES. Isso porque a nova proposta, intitulada *Qualis Referência*, tem sido criticada por uma série de elementos que ela incorpora, dentre os quais a primazia do *fator de impacto* é certamente o mais controverso. Dentre outras questões que ela evoca, a política do fator de impacto como estratégia de internacionalização de nossos periódicos tem sido criticada por desconsiderar as especificidades da produção e da prática editorial em ciências sociais, menos alinhada que as ciências exatas e biomédicas às lógicas internacionais de publicação nas quais se inscrevem as políticas bibliométricas almejadas pela CAPES.

Neste contexto, convidamos para este Fórum uma série de editores de periódicos brasileiros em ciências sociais para debater as possíveis implicações e complicações dessas mudanças

para nosso campo editorial e comunidade científica. Em nossos convites à participação deste debate, buscamos contemplar a diversidade dos periódicos brasileiros em ciências sociais, considerando que se trata de um campo com importantes diferenças regionais, institucionais e mesmo financeiras. Cabe sublinhar que a organização deste Fórum, assim como a redação dos textos que o compõem, deu-se no final de 2020, portanto em um curto espaço de tempo e durante um período de muitas incertezas para todos nós. Por essa razão, agradecemos de modo especial aos autores que aceitaram de modo tão diligente o desafio lançado. Se decidimos organizar este Fórum em um momento de tantas dúvidas é porque acreditamos na importância da discussão no espaço público dos periódicos como meio de se lançar questões e críticas, mas também do registro escrito das controvérsias que constituem nosso campo científico.

O que é impacto

Recente no contexto acadêmico brasileiro, o debate sobre “impacto” das publicações tem uma história mais longa no contexto acadêmico anglófono. No Reino Unido, por exemplo, data do período Thatcher o estabelecimento de medidas de avaliação de desempenho de departamentos e professores, aos quais se passou a condicionar o financiamento da pesquisa científica. Como sublinha John P. Mitchel (2014), a noção de “impacto” foi criada com o intuito de metrificar os esperados efeitos positivos na sociedade mais ampla do que acadêmicos faziam nas universidades. Muitos dos critérios empregados a partir de 1986 para julgar a qualidade da pesquisa feita no país não eram estranhos aos que são comuns nas avaliações aos quais estão submetidos hoje os programas brasileiros, como a seleção dos livros mais representativos da produção docente dos últimos anos para avaliar a qualidade do que é feito por um programa. As medidas de avaliação de “impacto” da pesquisa naquele contexto foram aprofundadas ao longo dos anos 1990 e 2000 sempre argumentando a necessidade de uma avaliação mais detalhada sobre a qualidade e alcance do “output” das instituições científicas. É este processo que desembocará, nos anos 2010, no que Knowles e Burrow (2014) chamaram de a “agenda do impacto”.

A menção ao contexto britânico, tão diferente do brasileiro, é importante porque seria inócua pensar no atual debate local desconectado do contexto acadêmico global mais

amplo, especialmente aquele dos centros hegemônicos de produção de políticas científicas e modelos de gestão universitária cada vez mais compartilhados no Norte e no Sul global. Como Chris Shore e Susan Wright demonstram (2000), as medidas que visam a traduzir a produção acadêmica em cálculos utilitaristas só podem ser entendidos dentro de uma *economia do conhecimento* movido por lógicas de concorrência, competitividade e marchandização do saber. Não é à toa que, como tem mostrado uma vasta literatura, a proliferação de práticas de medição e avaliação no contexto universitário reflete práticas amplamente empregadas pelo mercado financeiro. Tanto é que, como sublinha Marilyn Strathern (2000), termos comuns a este último são cada vez mais empregados nas políticas científicas para este fim, incluindo noções como *audit* e *accountability*. Como bem lembra a antropóloga, uma estratégia cara às políticas neoliberais consiste em revestir de um verniz ético (o bom uso do dinheiro público) suas políticas de austeridade e prestação de contas destinadas à privatização da coisa pública. Se Knowles e Burrows afirmam de modo taxativo que “Impacto aprofunda a auto-mercado do estado através da introdução de novas formas de competição em quase-mercados” (2014: 242, *tradução livre*) é porque é impossível pensar a metrificação da produção científica fora de um sistema altamente comercializado de plataformas editoriais que implicam altos custos de publicação para os periódicos e de acesso para os leitores, além de suas relações orgânicas com o financiamento privado da pesquisa e do ensino superior.

O fato é que, de modo geral, o debate sobre internacionalização no Brasil sempre passou por políticas já datadas de circulação de estudantes e pesquisadores do/no Norte Global. Nos últimos anos, começamos a considerar pertinente a introdução do inglês como língua de ensino e publicação como forma de se fazer visível no campo internacional. Em ambos os casos, não apenas permanecemos em ideias eurocêntricas e defasadas de internacionalização, pouco atentas ao que representam determinados modelos hegemônicos de internacionalização que buscamos emular como se pudéssemos nos tornar membros plenos da mágica e global República das Letras (Casanova 2004). Ignora-se os profundos efeitos da mercantilização da produção científica ao sistema universitário público e de acesso aberto que construímos ao longo do último século. A constatação desta negligência vem dos debates que têm sido realizados em fóruns virtuais, dos quais

têm participado colegas de diversas disciplinas das Ciências Humanas, e que parecem considerar que incorporar lógicas de impacto seria uma questão de “adaptação” do nosso sistema. Consideramos que esta é uma posição pouco realista, senão pouco informada, sobre o que representa os movimentos contemporâneos de “internacionalização” em contextos periféricos, como o sul-asiático, africano e latino-americano, do qual fazemos parte.

Assim, este fórum é um convite para refletirmos sobre os efeitos possíveis das atuais mudanças propostas para a antropologia, e as ciências sociais de modo mais amplo.

Um sistema imperfeito?

Como têm apontado muitos pesquisadores brasileiros, o sistema atual está longe de ser perfeito. Nesse contexto, “subjetivismo” tem sido uma ideia bastante evocada para denunciar critérios arbitrários de classificação de periódicos, especialmente aqueles mais bem colocados no atual Qualis Periódicos. Argumenta-se que periódicos tradicionais da área são bem qualificados mais por seu “prestígio” do que por sua real “qualidade” segundo critérios definidos pela própria CAPES (endogenia, regularidade, caráter internacional e indexação). Visto deste ponto de vista, “prestígio” seria um critério mais subjetivo e menos legítimo do que outros. Há dois problemas neste argumento: (a) a naturalização da suposta objetividade de sistemas métricos construídos de antemão por agentes sociais (pessoas e instituições) que estão ativamente engajados, e interessados, na produção da legitimação de certas estruturas - essencialmente comerciais - de produção e circulação de conhecimento científico; e (b) a ideia problemática de que “prestígio” é um critério ilegítimo de reconhecimento da qualidade do fazer científico. A luta aqui parece se dar em torno da construção de novas noções de prestígio, que passam a se colar cada vez mais a suposta neutralidade dos números, como se estes não fossem eles mesmos uma abstração, bastante onerosa, que fetichiza escolhas e concepções situadas (nas práticas das editoras acadêmicas comerciais) do que é boa ciência.

Ao mesmo tempo, seria injusto negligenciar o fato de que um certo número de periódicos de renome - para não mencionar outras estruturas científicas, como departamentos e programas - precisam ainda avançar em práticas que são

inquestionavelmente importantes para a boa ciência, como a diversidade institucional, a avaliação por pares e a internacionalização não eurocêntrica.

Outra limitação atual do atual Qualis Periódicos é o lugar dos periódicos internacionais, visto que o atual método de classificação deixa de fora muitos periódicos internacionais importantes para a área. Por exemplo, atualmente, a revista *L'Homme* está classificada somente no campo da Sociologia e apenas como *B1*, o que significa que, por exemplo, um candidato de Concurso que venha a ser publicado neste periódico verá sua publicação numa das mais “prestigiosas” revistas da área no mundo valer muito pouco ou mesmo ser desconsiderada da pontuação de sua produção bibliográfica. Pode-se argumentar que este é um exemplo exagerado por ser pouco provável, ou que o sistema está concebido de modo a incorporar estas publicações na medida em que professores publicam nelas, mas os exemplos são muitos e o fato é que sobretudo jovens pesquisadores têm cada vez mais publicado em revistas estrangeiras importantes e que o atual modelo não dá conta de incorporá-las na velocidade necessária. E isto não vale apenas para revistas de renome mundial, mas também para aquelas de estrato médio, mas ainda assim importantes em seus contextos regionais, para áreas de pesquisa específicas ou ainda a miríade de revistas menos tradicionais entre pesquisadores brasileiros mas muito reconhecidas no contexto internacional.

Boa parte da comunidade em ciências sociais, e para além dela, parece concordar que a adoção da Área Mãe é um dos principais ganhos do novo Qualis Referência. A partir deste critério, uma revista é avaliada apenas pela área dominante, o que significa que revistas de antropologia serão estratificadas apenas em antropologia, acabando com as diversas notas em áreas afins. Por um lado, isso resolve incongruências fundamentais, como o fato que revistas altamente reconhecidas em uma área tenham notas bastante inferiores em outras. Por outro lado, a Área Mãe cria complexidades para revistas fundamentalmente interdisciplinares e temáticas, como aquelas especializadas em estudos de gênero e feministas, religião, arte ou áreas regionais. Ao mesmo tempo em que a nova regra permite maior interdisciplinaridade, visto que os pesquisadores podem agora publicar em revistas de outras áreas sem a preocupação de ter sua produção desqualificada por avaliações estritamente disciplinares, ela cria novas complexidades a esses mesmos periódicos. Isso porque, apesar de estarem voltados a

um campo de discussões interdisciplinares, eles serão avaliados por comitês disciplinares. Resta saber como isso será operado na prática.

O que é certo é que a ciência global contemporânea é cada vez mais interdisciplinar. Esta é certamente uma transformação positiva e que leva as revistas científicas a refutar o papel de bastiões do territorialismo disciplinar: elas são, mais do que campos de encerramento disciplinar, espaços de divulgação de pesquisa científica em sua complexidade. Isso é ainda mais verdadeiro no caso das ciências sociais, visto que, como sabemos todos, os limites entre disciplinas como antropologia e sociologia, ou sociologia e ciência política - para não mencionar ainda a história, a filosofia, a psicologia social e a literatura - são bastante artificiais. Isto se torna ainda mais delicado no caso das revistas temáticas e de área geográficas, tão comuns no campo internacional o qual queremos integrar. E isso se complexifica ainda mais quando consideramos o objetivo claro de levar os pesquisadores brasileiros a publicar em periódicos anglófonos, que são, por definição, muito mais interdisciplinares do que os brasileiros.

A métrica da desigualdade?

Ainda que o modelo atual tenha falhas, o novo modelo parece criar novos problemas. Duas dimensões da nova proposta têm sido apontadas como especialmente problemáticas: a hegemonia do inglês e a centralidade conferida aos fatores internacionais de impacto.

O topo da Babel

A anglofonia inerente a este projeto também tem sido apontada como extremamente prejudicial às ciências sociais brasileiras. E com razão. Se considerarmos apenas o contexto nacional, isso cria uma profunda desigualdade relativa entre periódicos, de um lado, das áreas exatas e biomédicas, estes mais anglófonos, e, de outro lado, das humanidades, que publicam majoritariamente em português. Produz-se, assim, a falsa e perigosa sensação de que as últimas são menos ativas e mais provincianas, quando o que está em jogo são outros fatores. Primeiramente, as ciências sociais são profundamente marcadas por tradições nacionais que implicam não apenas a existência de uma língua nacional, mas sobretudo, de um estilo (Peirano

1990). Diferentemente dos artigos redigidos com fins de expor resultados de experimentos físicos e bioquímicos, o texto antropológico, assim como de suas disciplinas vizinhas, está atravessado por pressupostos conceituais e teóricos, mas também culturais, sociais e institucionais do campo disciplinar nacional.

Para um pesquisador brasileiro, pesquisar em inglês (ou em francês, ou em qualquer outra língua) significa, mais do que uma tradução linguística, uma tradução cultural da teoria, do método, da ética e do modo de estruturação do pensamento. Acontece que, não obstante o longo debate sobre desigualdades estruturais no campo das Antropologias Mundiais (Ribeiro e Escobar 2006), algo que poderíamos chamar de “o estilo brasileiro” de se fazer antropologia ainda figura entre os periféricos que precisam se adaptar a modelos hegemônicos em termos linguísticos e epistemológicos para ser publicado em revistas estadunidenses e europeias. Mais do que isso, essa adaptação é necessária para que sejamos lidos e citados: a inteligibilidade e o reconhecimento do que fazemos como boa antropologia ou teoria passa pela forma que adotamos na articulação de nossas ideias. Uma questão que permanece aberta é se estamos dispostos a repensar nossa forma de fazer antropologia, ou, para ser menos fatalista, se temos o capital necessário para nos impormos de modo a produzir diálogos menos assimétricos dentro um mercado acadêmico global com tendências hegemônicas e mercadológicas. O fato é que os países não anglófonos mais integrados a este mercado “internacional” de periódicos (como os países escandinavos, do sudeste asiático e da Europa do Leste) são aqueles que importaram modelos *prêt à porter* de escrita e mesmo de universidade.

Além disso, a anglofonia como régua de avaliação coloca o problema da desigualdade tanto entre periódicos quanto entre pesquisadores brasileiros. Por um lado, a anglicização dos periódicos aprofunda as desigualdades sociais que marcam a academia brasileira, criando um abismo entre pesquisadores que possuem ou não o capital linguístico necessário para escrever em inglês. Sobretudo em um momento de ampliação do acesso ao sistema científico através da interiorização dos programas e implementação de políticas de ação afirmativa. Esta é uma questão que ainda precisa ser discutida, sobretudo entre editores de periódicos já relativamente “internacionalizados” que parecem se preocupar menos com o desafio linguístico, e isso por duas razões: seja porque quando analisados relativamente a

outros periódicos não anglófonos, periódicos brasileiros reconhecidos já têm fatores de impacto relevantes (ou seja, apesar de certos periódicos brasileiros em ciências sociais terem fatores de impacto muito baixos quando comparados aos seus congêneres anglófonos, ele possuem fatores muito similares àqueles de periódicos francófonos, hispanófonos e germanófonos); seja porque, bem financiados por agências estaduais, ou mais recentemente por fundações e empresas, eles possuem verbas necessárias à tradução de artigos para o inglês, ou consideram que sua posição no campo os possibilitará exigir artigos redigidos em inglês. Contudo, esta é a realidade de uma minoria extremamente restrita de publicações que conta com bom financiamento, muito diferente da imensa maioria dos periódicos acadêmicos em antropologia e ciências sociais, que existem graças ao trabalho gratuito de muitos estudantes e pesquisadores que trabalham na editoração e revisão de seus volumes sob condições bastante precárias.

Quem paga a entrada?

Quão compatível é o modelo brasileiro, de financiamento público e acesso aberto, com a agenda do impacto? Para além do já mencionado custo de traduções, a indexação e a produção de metadados nos formatos exigidos por muitas plataformas exige um trabalho dispendioso e oneroso. Isso não é algo completamente estranho aos periódicos brasileiros quando pensamos na recente exigência de arquivos .xml por parte da Scielo, que exige um trabalho técnico ainda mais especializado, geralmente pago, necessário à gestão automatizada de metadados na produção de métricas de impacto e citação. É preciso dizer que a Scielo, que existe graças a financiamento público, realizou um esforço importante de informação e criação de ferramentas tornadas disponíveis em seu site e que possibilitam às revistas a geração dos arquivos .xml sem a necessidade imperiosa de contratação de serviços técnicos bastante caros. Ainda assim, este é apenas um passo no sentido da especialização técnica exigida pela indexação, além de que a maior parte das revistas indexadas possui verbas que lhes permitem contratar pessoas aptas a realizar estes serviços, o que não é a realidade da imensa maioria dos periódicos brasileiros, sobretudo aqueles de pós-graduação.

Mas o exemplo acima mencionado não exaure a complexidade de um sistema ainda mais profundamente

submerso na gestão de quantidades gigantescas de dados e processos necessários à produção de índices de impactos. Não é à toa que, progressivamente, jornais de todo o mundo vão sendo absorvidos por plataformas pagas¹ como Wiley-Blackwell, Springer, and Taylor & Francis e Elsevier (RELX). Em grande medida, isso acontece porque a gestão profissionalizada de periódicos dentro de padrões de alto impacto conduz à cessão da gestão do processo a corporações editoriais que dispõem de recursos humanos e tecnológicos ultra especializados que atendem às demandas técnicas que elas mesmas criam. Somente a Elsevier, que representa sozinha 18% da produção global de publicações científicas e abarca 26% das citações mundiais, faturou 2,6 bilhões de libras em 2019 num mercado que faturou 7,8 bilhões de libras (RELX Annual Report 2019) através do trabalho não remunerado de pesquisadores (que não recebem pelo lucro sobre suas publicações) e instituições científicas (que devem pagar para acessar as publicações de seus próprios pesquisadores).

Estamos diante da entrada, aparentemente gratuita, num mercado editorial internacional que movimentou somas colossais de dinheiro encarregando-se de editar periódicos dentro de parâmetros técnicos virtualmente impossíveis de serem realizados fora de suas próprias estruturas. Em suma, o mercado de periódicos internacionais, guiado pela bibliometria, se insere numa ecologia institucional altamente especializada e amplamente privatizada, que atende a princípios neoliberais de produtividade e de prestação de contas (Ferreira 2017), forçando periódicos a cederem parcialmente sua gestão, cedo ou tarde. O argumento que construímos aqui é que seria seria inocente pensar que integrar um mercado de periódicos pautado na bibliometria do impacto seria uma mera questão de adaptação do atual modelo público e de acesso aberto. Trata-se de integrar-se a um sistema moldado por modelos neoliberais de academia, voltados à competição mercadológica e produtores de desigualdade. O “impacto” é o lema, assim como a “produtividade”, da academia neoliberal que transforma conhecimento em *commodity* através de critérios abstratos de valor e demandas muito concretas por dinheiro.

¹ Um exemplo bastante conhecido é o da revista *Hau: Journal of Ethnographic Theory*, fundada como um periódico de acesso aberto até sua recente cessão à Chicago University Press.

Índice H5: a solução?

Um dos anúncios realizados em meio a tantas incertezas foi a adoção, pelo Colégio de Humanidades do CTC-ES da CAPES, do Índice H5, associado à plataforma Google Scholar. A escolha se justificaria pela sua maior abrangência em número de periódicos e porque o seu método de cálculo mais equilibrado entre número de publicações e número de citações diminuiria a discrepância artificial existente entre os periódicos de ciências humanas e naturais. Contudo, este nos é apresentado como o menor possível dos males. Ele não nos liberta das amarras do produtivismo, da privatização do conhecimento, ou das desigualdades linguísticas e epistêmicas criadas pelo que se convém chamar de “internacionalização” acadêmica.

Nesse contexto, precisamos de uma urgente e séria discussão crítica sobre o sentido mesmo da “internacionalização” e sobre qual internacionalização desejamos e precisamos. O fato é que permanecemos bastante restritos à adoção de políticas de circulação de pesquisadores do e no Norte global, aos recentes incentivos para adoção do inglês como língua de trabalho em alguns contextos e, agora, da adoção da bibliometria dos grandes *publishers*. Na segunda década dos anos 2010, vimos a criação de universidades de integração, como a UNILA e a UNILAB, que abriram possibilidades inéditas de construção de um modelo menos hegemônico de internacionalização, voltado também à integração com os continentes latino-americano e africano. Do mesmo modo, é preciso pensarmos em políticas editoriais integradas que nos permitam ganhar visibilidade internacional sem abrimos mão de uma necessária diversidade linguística (Grossi e Ferreira 2015) e sem cairmos na armadilha da estrutura neoliberal na qual se inscreve a “agenda do impacto”.

A eficácia de economias morais

Um dos argumentos relevados por defensores do impacto sustenta que este obrigará a melhorar nossas publicações para que elas possam concorrer no campo internacional. Há nessa ideia dois problemas fundamentais: sua premissa e seu resultado. Quanto ao primeiro, há que se inquietar com o fato que valorizemos a competição, sobretudo quantitativa, como princípio do fazer científico, e sobretudo no campo das ciências sociais. O tempo próprio à pesquisa e à reflexão de nossas áreas não são as mesmas de outras, estas amplamente - mesmo que

não apenas - baseadas em experimentos que atendem a temporalidades físicas e químicas mais controláveis e previsíveis que aquelas do mundo social. Além disso, e para além das ciências sociais, a suposta *ética* do bom uso do dinheiro público subjacente à quantificação do valor social de uma publicação e de seu autor (lembramos, o argumento usado pelo governo Thatcher) esconde a lógica de autovigilância e responsabilização de si que produz subjetividades fundadas na relação ansiogênica com o imperativo de produzir. Como colocou muito bem Luk Loveday (2017), cria-se assim a figura do “acadêmico neurótico”, cuja aflição por melhores posições em rankings é artificialmente descolada das condições institucionais e históricas de produção de tais sentimentos descritas por Loveday como “governança neoliberal”.

Quanto à segunda dimensão evocada - a saber, que isto nos levaria a melhores práticas de publicação -, há controvérsias. Primeiramente, cabe sublinhar que o objetivo da obsessão bibliométrica encorajada por grandes plataformas é a produção de um campo de concorrência entre periódicos que alimenta uma *economia do conhecimento* profundamente mercantilizada (Shore e Wright 2000). Ademais, é sabido que são muitas as formas de burlar ou inflar as métricas adotadas por fatores de impacto: publicar textos que poder ser contabilizados como citações para o jornal, mas não como artigos publicados por estes, como é o caso de resenhas (o que aumenta o índice JIF, que equaciona número de publicações e de citação); solicitar que autores citem artigos publicados pelo próprio periódico; ou publicar artigos de qualidade científica duvidosa mas com grande potencial de citação. Para editores curiosos, há mesmo um guia bastante didático redigido por John P. A. Ioannidis e Brett D. Thombs (2019), publicado no *European Journal of Clinical Investigation* da Wiley, onde esses métodos são explicitados. Aliás, o princípio por trás deste problema foi bem formulado por Donald T. Campbell em um artigo de 1979 que daria lugar ao que ficou conhecido como o Princípio de Campbell. Discutindo o uso de avaliações quantitativas de impacto e resultados de políticas públicas, Campbell afirmaria que: “Quanto mais qualquer indicador social quantitativo é usado para a tomada de decisões, mais sujeito ele estará a pressões de corrupção e mais apto ele será para ser distorcido e corromper os processos sociais que ele pretende monitorar” (Campbell 1979: 85).

Um cenário diverso e desigual

Na medida em que o campo dos periódicos em antropologia e ciências sociais no Brasil é muito diversificado e desigual, seria incoerente falar dos impactos dessas transformações como se todos os periódicos fossem afetados do mesmo modo e se deparassem com os mesmos dilemas. Para fins de análise, gostaria de propor aqui três grandes tipos ideais de periódicos: conceituados, emergentes e de formação. Convém sublinhar de antemão que algumas revistas ocupam posições limiares entre duas dessas categorias, e que cada uma delas apresenta importante heterogeneidade interna. Não obstante o fato de serem, como toda categoria é, um constructo de eficácia circunscrita, considero-as hermeneuticamente úteis para pensar posições no interior de um campo compartilhado de periódicos.

Dentre os periódicos *conceituados*, incluo os mais antigos, baseados em programas de pós-graduação consolidados ou ligados a grupos de pesquisa e associações como a ABA, a ANPOCS e a SBS - alguns com 40 ou até 60 anos de existência -, mas também outros relativamente recentes - com 15 anos de fundação, ou até menos - mas classificados nos altos estratos. Eles publicam notadamente professores doutores, mas não apenas, e representam um caminho de consagração profissional (Bourdieu 1984) para pesquisadores seniores e de grande visibilidade para pesquisadores em formação. Seria enganoso sugerir que esses periódicos representam um conjunto homogêneo ou mesmo que eles contam com condições ideais de financiamento, apesar de certamente disporem de melhores condições de adaptação às mudanças apresentadas e aos critérios de indexação e projeção no cenário internacional. Essas condições incluem não somente recursos para o pagamento de trabalho de revisão e diagramação, às vezes de secretariado na gestão do grande fluxo de submissões, mas também de trabalho informático, como a geração de metadados em formatos específicos exigidos por plataformas como a Scielo e plataformas de indexação, a gestão de sites e blogs, para não mencionar recursos para eventuais traduções. Mas os recursos têm se tornado cada vez mais escassos até mesmo para os periódicos mais tradicionais, o que tem apenas aumentado a carga de trabalho dos seus editores e equipe editorial. No atual contexto, algumas dessas revistas, especialmente no campo da Ciência Política, já têm recorrido ao sistema de *Article Processing Charge* (APC), que implica o pagamento de taxas pelos autores para a publicação de seus artigos uma vez aceitos. Precisamos nos questionar em que

medida o atual movimento, que implica a entrada em um campo concorrencial altamente capitalizado no qual somos os primos pobres, não nos conduzirá à cessão da gestão das revistas a grandes publishers, e quais seriam os efeitos dessa virada de modelo para um sistema científico historicamente baseado no acesso aberto.

Os periódicos *emergentes* são aqueles mais ou menos recentes, alguns com 15 e outros com 5 anos de existência, e que têm galgado relevância e se profissionalizado em consonância com a expansão do campo disciplinar. Estão englobados aqui as revistas de programas de pós-graduação que publicam tanto pós-graduandos quanto pesquisadores doutores, ocupando os estratos médios para altos da atual classificação. Alguns deles contam com algum financiamento de suas universidades e associações, mas dependem majoritariamente, e ainda mais do que os periódicos tradicionais, do trabalho voluntário de professores e alunos na realização de tarefas básicas e bastante pragmáticas de editoração de uma revista. Para este conjunto também heterogêneo, as estratégias de aumento do fator de impacto e as regras de internacionalização estão ainda mais distantes. Primeiramente, porque essas revistas foram concebidas como uma contribuição, e continuarão tendo esse papel fundamental, para a construção do campo disciplinar nacional. Não apenas porque elas publicam temas e debates fundamentais para o avanço da antropologia e das ciências sociais brasileiras, que possui um estilo e temas centrais diferentes daqueles de outros lugares, mas também porque elas não terão os recursos necessários para tradução para o inglês, assim como não o terá a imensa maioria de seus autores. Em segundo lugar, porque sua condição de se fazer visível no campo internacional, e portanto de serem citadas, é muito mais restrita na medida em que a publicação de pesquisadores visíveis - que produzem citações - passa também pelas redes acadêmicas que trazem textos às revistas, que estão localizadas nos programas centrais melhores inseridos nessas redes de prestígio. Um modelo de classificação que não considere as desigualdades no campo dos periódicos pode apenas acentuar essas desigualdades. E isso é ainda mais grave na medida em que passamos anos defendendo a descentralização da disciplina, celebramos a criação de programas em diversos estados e regiões interioranas e reafirmamos nosso comprometimento com políticas de inclusão. Essa é a oportunidade de pensarmos uma

internacionalização articulada com a interiorização da disciplina.

Por último, os periódicos *de formação* são basicamente aqueles voltados e seguidamente editorados para e por alunos. Ainda que eles sejam pouco prestigiados, eles cumprem um papel fundamental na formação de nossos pesquisadores. Mais do que isso, a experiência editorial nesses periódicos deveria ser mais valorizada como parte da formação acadêmica de pós-graduandos na medida em que ela forma novos editores qualificados para atuar em publicações de maior peso.

Mas para além das diferenças entre essas categorias -, todas compõem um mesmo espaço social de publicações. O que motiva este fórum é a necessidade de estabelecimento de diálogos que qualifiquem nossa compreensão sobre o campo do qual fazemos parte enquanto periódicos e editores na esperança de que assim poderemos pensar em melhores estratégias de ação coletiva.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. 1984. *Homo Academicus*. Paris: Editions de Minuit.
- CAMPBELL, Donald T. 1979. “Assessing the impact of planned social change”. *Evaluation and Program Planning* 2(1):67–90.
- CASANOVA, Pascale. 2004. *The world republic of letters*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- FERREIRA, Vinicius Kauê. 2017. “Moving futures: anthropological reflections on academic mobility and precarious life amongst South Asian social scientists in Europe”. *Indian Anthropologist* 47(1):51-68.
- GROSSI, Miriam Pillar ; FERREIRA, Vinicius Kauê. 2017. “Toward Linguistic Diversity in Anthropology”. *American Anthropologist* 117:152-153.
- IOANNIDIS, John P. A.; THOMBS, Brett D. 2019. “A user’s guide to inflated and manipulated impact factors”. *European Journal of Clinical Investigation* 49(9):e13151.
- KNOWLES, Caroline; BURROWS, Roger. 2014. “The impact of impact”. *Etnográfica* 18(2): 237-254.

- LOVEDAY, Vik. 2018. “The neurotic academic: anxiety, casualisation, and governance in the neoliberalising university”. *Journal of Cultural Economy* 11(2):154-166.
- MITCHELL, Jon P. 2014. “Anthropologists behaving badly? Impact and the politics of evaluation in an era of accountability”. *Etnográfica* 18(2):275-297.
- PEIRANO, Mariza. 1990. “O antropólogo e suas linhagens. À procura de um diálogo com Fábio Wanderlei Reis”. *Série Antropologia* 102:1-12.
- RELX Annual report and financial statements. 2019. Disponível em: <https://www.relx.com/investors/annual-reports/2019>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.
- RIBEIRO, Gustavo Lins; Escobar, Arturo. 2006. *World Anthropologies. Disciplinary transformations within systems of power*. Oxford: Berg.
- SHORE, Chris; WRIGHT, Susan. 2000. “Coercive accountability: the rise of audit culture in higher education”. In: STRATHERN, Marilyn (ed.). *Audit Cultures: Anthropological Studies in Accountability, Ethics and the Academy*. London and New York: Routledge. p. 57-89.
- STRATHERN, Marilyn. 2000. *Audit cultures. Anthropological studies in accountability, ethics, and the academy*. New York: Routledge.

Enviado: 2 de dezembro de 2020
Aceito: 20 de dezembro de 2020